

CONTRATO CEDAE Nº 100 /2018 (DG)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**
– e a **ECOSSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/S
LTDA - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE-**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato através de seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de seu Diretor de Produção e Grande Operação, Sr. EDES FERNANDES DE OLIVEIRA, doravante denominada **CONTRATANTE (CEDAE)**, e de outro, a **ECOSSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/S LTDA - EPP**, situada na Rua Miguel Couto, nº 621, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, Cep: 90850-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.022.237/0001-85, neste ato através de seu Sócio Administrador Sr JULIANO DE SOUZA MOREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 899.607.690-20, portador da cédula de identidade nº 8056455143 (SJS/RS), residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 830, apartamento 131, Bairro Centro Histórico, CEP: 90.010-280, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de Prestação de Serviço de Monitoramento de Ictiofauna na Área de Abrangência da Barragem de Captação do Sistema Imunana Laranjal, com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.196/2018**, justo e contratado o presente, que se regerá pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287 de 04/12/79, assim como pelo Decreto 3.149 de 28/04/80, pela Lei Complementar 123/2006 e pela Legislação pertinente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a prestação de **"SERVIÇO DE MONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BARRAGEM DE CAPTAÇÃO DO SISTEMA IMUNANA LARANJAL"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Tomada de Preços - TP nº 401/2018**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O prazo de vigência do contrato poderá, motivadamente, ser prorrogado pelo prazo necessário à execução dos serviços.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Oitavo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Nono - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Centro de Custos: DG00040000
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903918
Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Contábil: 411110301
ID da Reserva Orçamentária: 2018000739

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 84.890,00 (oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros e quaisquer outras necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da apresentação da proposta de preços da contratada, observada a legislação pertinente, somente se ocorrer variação do valor contratual, face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, tendo como data base o mês de apresentação da Proposta de Preços. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento
Po = Preço Contratual
I = INPC correspondente ao mês de reajustamento
Io = ÍNPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.
- b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.
- c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.
- d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.
- e) As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de

emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 -. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

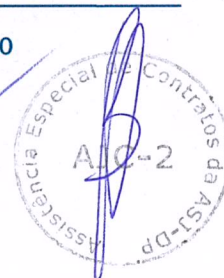
Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou subcontratação ou sub-rogação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.



Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo nono da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 12 (doze) parcelas, mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA**, cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo X deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a sub rogação ou a subcontratação dos serviços, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os Arts. 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

Parágrafo Sexto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE**, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

- a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Oitavo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Nono - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

Parágrafo Décimo - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
 - b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Segundo - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Terceiro- As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Quarto - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quinto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

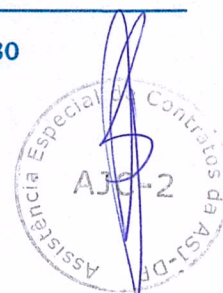
A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à



garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsáveis pelos serviços, ora contratados, Sr GUSTAVO DURVAL LEITE, inscrito no CRBio-03 sob o nº 045949/03-D e Sr. JULIANO DE SOUZA MOREIRA, inscrito no CRBio-03 sob nº 045963/03-D, que ficam autorizados a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do

Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por **Tomada de Preços - TP nº 401/2018 – ASL-DP (Processo E-07/100.196/2018)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

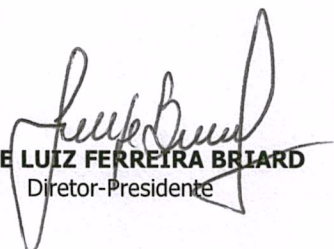
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

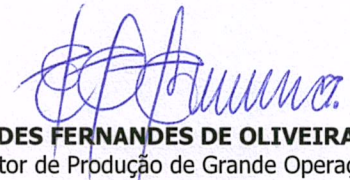
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2018.

Pela **CEDAE**:

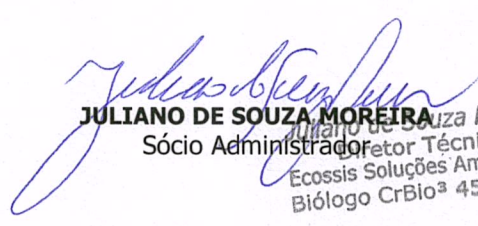


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente



EDES FERNANDES DE OLIVEIRA
Diretor de Produção de Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



JULIANO DE SOUZA MOREIRA
Sócio Administrador
Técnico
Ecossis Soluções Ambientais
Biólogo CrBio³ 45963-03

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

contr-ECOSSIS-SOLUCOES-AMBIENTAIS-monitoramento-da-ictiofauna-TP-401-2018-VBO-

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 19.06.2018

PROCESSO Nº E-07/002/9267/2018 - AUTORIZO a despesa visando o reembolso, em favor de MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MURIAS DOS SANTOS, matrícula nº 30758-1, em anexo a época o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, em virtude da prestação de serviços advocatícios por BARATA E DAMIAN DE MELLO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 28.190.210/0001-09 e na OAB/RJ sob o nº 34.365, no valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DE 02.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002/101224/2018 - RETIFICO o valor do débito reconhecido no ato de 31/07/2018 (fl. 13) em favor de AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A referente a fornecimento de energia elétrica, nos meses de março e maio de 2017, no valor total de R\$ 735,67 (setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos) e não como constou.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
DE 25/09/2017

PROCESSO Nº E-07/002/01136/2014 - Indeferido a solicitação da Cidadania Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos através de extração de água subterrânea em pouca profundidade, realizada pela empresa CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SERRA SHOPPING, localizada na Rua Aureliana, 67 - Centro/Petrópolis - RJ, para uso em condomínio comercial, com finalidade de conservação e limpeza em geral, em razão do consumo real não se enquadrar em uso insignificante, conforme limites estabelecidos no art. 5º, inciso I da Lei nº 4.247/03, art. 14, § 2º da Portaria SERLA nº 567/2007.

Id: 2123316

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 11/07/2018

DESIGNA MARGE LUIZ MARINHO MUNIZ, Engenheiro C, como Presidente, MARCELO SILVA DE CARVALHO, Engenheiro D, e NILTON ABREU JUNIOR, Engenheiro B, como membros titulares e ROGÉRIO DA SILVA MATOS, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato LUIZ CARLOS GRATIVOL, Engenheiro E e OSCAR MATTOS NETO, Técnico de Saneamento II, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "SERVIÇO DE MONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BARRAGEM DE CAPTAÇÃO DO SISTEMA IMUNANA LARANJAL", de que trata o Processo nº E-07/100.196/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.186/2018.

Id: 2123267

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 17/05/2018

***DESIGNA** MARIA DA GLÓRIA DA CONCEIÇÃO BENETTI, Técnico Contabilidade II, como Presidente, FÁBIO LUIS FERREIRA DA PAZ, Assessor Técnico e GIOVANI CARDOSO DE FREITAS, Agente de Saneamento II, como membros titulares e MARCO ANTONIO DE ANDRADE RODRIGUES, Agente Administrativo B, como membro suplente, Gerente do Contrato PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo B e FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA, Contador B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOÃO FRANCISCO BRAZ, Nº 68, LOJA - CENTRO - PORCIÚCULA - RJ", de que trata o Processo nº E-07/110.065/2003, Ordem de Serviço "E" nº 15.139/2018. *Omitido no D.O. de 04/06/2018.

Id: 2123268

Secretaria de Estado de Cultura
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL
ATO DO DIRETOR
DE 30.07.2018

DESIGNA EDUARDO SACRAMENTO MELLO, ID 28680766, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato 18/001/2013 de prestação de serviços de seguros das unidades administrativas da FUNARJ, celebrado entre FUNARJ e SOMPO SEGUROS S/A, em substituição a LUIZ DE FRANÇA COSTA LIMA NETO ID 28663918.

Id: 2123319

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 25.08.2017

PROCESSO Nº E-30/001/936/2016 - O ORDENADOR DE DESPESAS no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Parágrafo Único, do art. 11 da Resolução SETE nº 048/2009, e fundamentado no Relatório e Parecer da Assessoria de Prestação de Contas nº 003/2017, **APROVA** a Prestação de Contas do Projeto mencionado abaixo:

PATROCINADOR: TIM Celular S/A e AMBEV S/A.
PROJETO: Mão a Mão 2015.
PROponente: Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda.
CNPJ: 04.458.217/0001-09.
VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 3.130.000,00.
VALOR APROVADO: R\$ 3.130.000,00.
PROCESSO INSTRUTIVO Nº E-30/001/246/2015.

Id: 2122784

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ATOS DO SUBSECRETÁRIO
PORTARIA SUBSECPG Nº 21 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo nº E-30/001/557/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 005/2018 celebrado com a COMALTA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Michael Alves da Silva, ID: 5014241-0;
MEMBRO: Júlio Cesar das Flores Martins Rodrigues, ID: 5090770-0;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins, ID: 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 22 DE 01 DE AGOSTO DE 2018
DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162 de 06 de abril de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Carla Beatriz da Silva da Costa, ID Funcional 5028217-3, como responsável pelo Almoxxado da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

Art. 2º - Fica dispensado da função o servidor Vitor Hugo Moreira Leite, ID Funcional 5015241-6, designado pela Portaria SUBSECPG Nº 13 de 27 de março de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018.

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 23 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/554/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 004/2018 celebrado com a L.F.L. MOREIRA - COMERCIO E SERVIÇOS e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Michael Alves da Silva, ID: 5014241-0;
MEMBRO: Margaret Souza da Silva, ID: 4263095-9;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins, ID: 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 24 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/249/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 007/2015, celebrado com a JAJ ENTRETENIMENTO ESPORTIVO LTDA e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Rodrigo Lacerda Dantas Id funcional 5090023-4;
MEMBRO: Michael Alves da Silva Id Funcional 5014241-0;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 25 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/120/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 003/2015 celebrado com a COSTA E MOURA ASSESSORIA E MARKETING ESPORTIVO LTDA-ME e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do

Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Rodrigo Lacerda Dantas Id funcional 5090023-4;
MEMBRO: Michael Alves da Silva Id Funcional 5014241-0;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão
PORTARIA SUBSECPG Nº 26 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/082/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 005/2015 celebrado com a COSTA E MOURA ASSESSORIA E MARKETING ESPORTIVO LTDA-ME e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Rodrigo Lacerda Dantas Id funcional 5090023-4;
MEMBRO: Michael Alves da Silva Id Funcional 5014241-0;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 27 DE 01 AGOSTO DE 2018
DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, e considerando o disposto na Resolução SEELJE nº 145, de 29 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-30/001/083/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como Gestor, o servidor Washington Fernandes Lima, ID. 5012215-0, do contrato SEELJE nº 005/2015 celebrado com a COSTA E MOURA ASSESSORIA E MARKETING ESPORTIVO LTDA-ME e constituir a Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do supracitado contrato com os seguintes servidores:

PRESIDENTE: Rodrigo Lacerda Dantas Id funcional 5090023-4;
MEMBRO: Michael Alves da Silva Id Funcional 5014241-0;
MEMBRO: Michelle Aparecida de Barros Martins 5037039-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.08.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

PORTARIA SUBSECPG Nº 28 DE 01 AGOSTO DE 2018
INSTITUI A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, através da Resolução SEELJE nº 162, de 06 de abril de 2018, em conformidade com o previsto nos Decretos nº 42.002/2012, nº 43.597/2012 e nº 46.205/2017, e na Lei Federal nº 12.527/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR a Comissão de Gestão de Documentos, que terá como objetivo apresentar proposta de Classificação e Tabela de Temporalidade referente às atividades-fim da Secretaria de Estado de Esporte Lazer e Juventude-SEELJE, sob a coordenação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao disposto nos Decretos nº 42.002, de 21.08.2009 e 46.205, de 27 de dezembro de 2017, com os seguintes servidores:

Presidente: Natania Geraldo Raphael da Rocha, ID Funcional 4460178-6;
Membro: Fábio Quaresma de Oliveira, ID Funcional 5084164-5;
Membro: Vitor Hugo Moreira Leite, ID Funcional 5015241-6;
Membro: Margaret Souza da Silva, ID: 4263095-9.

Art. 2º - São atribuições da Comissão de Gestão de Documentos: I. Mapear as atribuições e identificar os tipos documentais produzidos pela SEELJE;
II. elaborar e manter atualizados, de acordo com a orientação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, seus instrumentos de gestão de documentos;

III. implementar normas e procedimentos de gestão documental;
IV. gerenciar os procedimentos de seleção e destinação de documentos, a partir das tabelas de temporalidade aprovadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ;
V. fiscalizar o seu respectivo órgão em relação ao cumprimento de normas e procedimentos técnicos relativos a gestão de documentos;
VI. implementar, gerenciar e regulamentar processos de protocolo;
VII. responder pelo controle relativo ao acesso a documento ou a informação conforme ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 12 e seguintes do Decreto 46.205, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Deverão ser classificados no prazo de 02 (dois) anos, a contar da vigência do Decreto nº 46.205 de 27/12/2017, todos os documentos anteriormente produzidos ou custodiados e que ainda não tenham sido objeto de classificação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

FRANCISCO HARILTON ALVES BANDEIRA
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2123154

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

Telefone: 0800-2844675

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO

A DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO comunica que, por intermédio do seu Departamento de Material, realizará no período de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da publicação do presente Aviso COLETA DE PREÇOS para a contratação de serviços de Interprete de Libras e Lectors para as unidades escolares da Rede Ceja (Processo nº E-26/004/2031/2016 estando disponível o Termo de Referência no site da Fundação CECIERJ (www.cecierj.edu.br)).

Os interessados poderão encaminhar a proposta de preços por meio do correio eletrônico material@cecierj.edu.br ou efetuar contato pelo telefone (21) 2334-5966, onde poderão obter esclarecimentos sobre a coleta de preços.

As propostas de preços apresentadas deverão possuir prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias corridos.

Id: 2122677

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

'INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato 006/2018. **PARTE:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a empresa LIBEX SERVIÇOS E LOCAÇÕES EL-RELI EPP.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a Alteração Quantitativa para acréscimo de 20% (vinte por cento) ao Contrato nº 006/2018, relativo a prestação de serviços de locação de veículos, para as atividades internas e externas da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC.

PRAZO: 20 (vinte) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no D.O.E.R.J., valendo a data de publicação do extrato, como termo inicial de vigência.

ASSINATURA: 02/08/2018.

VALOR: R\$ 152.860,00 (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta reais).

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, inciso I, alínea "b" do art. 65, c/c o art. 58, e alterações posteriores.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/84/2018.

*Omitido no D.O. de 03/08/2018.

Id: 2123317

Secretaria de Estado do Ambiente
UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: 4º Termo de Apostilamento ao Contrato SEA/UEP-SAM nº 014/2013. **PARTE:** O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e a PRL-CEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes. **OBJETO:** Apostilamento em função da ocorrência do quarto aniversário do Contrato SEA/UEP-SAM nº 014/2013 (R4-P0). **VALOR:** R\$ 43.424,60 (quarenta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 02/08/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e Processo administrativo nº E-07/001/303/2013.

Id: 2123278

UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: 6º Termo de Apostilamento ao Contrato SEA/UEP-SAM nº 026/2012. **PARTE:** O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e a Companhia Saneamento - COSAN. **OBJETO:** Apostilamento em função da ocorrência do quinto ano de reajuste e 2º Termo Aditivo ao Contrato SEA/UEP-SAM nº 026/2012. **VALOR:** R\$ 5.604.276,93 (cinco milhões, seiscentos e quatro mil duzentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 02/08/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e Processo administrativo nº E-07/132/2012.

Id: 2123279

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC, INEA.05/18/016). **PARTE:** Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a empresa AGR Eye Obeseco Serviços Funerários Ltda. **OBJETO:** Estabelecer os prazos e condições para que a Contratada promova, fiel e integralmente, a prestação de serviço de manifesto interesse ambiental definido como "Projeto - Serviço de Apoio à Química Orgânica, no valor global de R\$ 229.867,95 (duzentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), aprovado no Banco de Projetos Ambientais do Comprometimento INEA, conforme estabelecido neste TAC, seus anexos e segundo as exigências das autoridades ambientais competentes. **VALOR:** R\$ 229.867,95 (duzentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos). **PRAZO:** 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de agosto de 2018. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-07/002.874/2018.**

Id: 2123246

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEA/00149337**

NOME: Posto de Gasolina Macaia 2004 Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 06.765.718/0001-17. **ENDERECO:** Rua Santa Bárbara, 153, MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.172,61. **PROCESSO Nº E-07/002.1396/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEA/00149442

NOME: Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro. **CNPJ/CPF Nº:** 28.521.870/0001-25. **ENDERECO:** Rodovia Estadual RJ 106 KM 27. **MUNICÍPIO:** Maricá - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 83 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO Nº E-07/002.1477/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEA/00149501

NOME: Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. **CNPJ/CPF Nº:** 33.042.730/0001-04. **ENDERECO:** Rodovia Lucio Meira (BR-393), s/n, MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.338,78. **PROCESSO Nº E-07/002.9099/2017.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEA/00148024

NOME: Andrea da Conceição Colpaert. **CNPJ/CPF Nº:** 024.052.597-37. **ENDERECO:** Estrada Pau da Fome, 3386, MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artos 52 e 46 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 1.266,02. **PROCESSO Nº E-07/002.12828/2013.**

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº CGOFEI-
SEAI00150022

NOME: Elisa Marcondes Terra. **CNPJ/CPF Nº:** 289.037.227-87. **ENDERECO:** Rua Santa Bárbara, n. 37. **MUNICÍPIO:** Miguel Pereira - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Embargo de Obra ou Atividade. **PROCESSO Nº E-07/002.3331/2018.**

Id: 2123314

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 100/2018 (DG). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ECOSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A LTDA EPP. **OBJETO:** "SERVIÇO DE MONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BARRAGEM DE CAPTAÇÃO DO SISTEMA IMUNANA LARANJAL". **PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR:** R\$ 84.880,00 (oitenta e quatro mil oitocentos e noventa reais). **DATA DE ASSINATURA:** 30/07/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.196/2018 (Tomada de Preços - TP nº 401/2018).

Id: 2123269

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

'INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 078/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e os Srs. JOSÉ NAGIB SACRE e Sra. THEREZINHA LINHARES SACRE. **OBJETO:** "LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO À RUA JOÃO FRANCISCO BRAZ Nº 68 - LOMA - CENTRO - PORCIUNCUA/RJ". **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **VALOR GLOBAL:** R\$ 88.053,21 (oitenta e oito mil cinquenta e três reais e vinte e um centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 30/05/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/710.065/2003 (DL nº 004/2018 - DF). ***Omitido no D.O. de 04/06/2018.**

Id: 2123270

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATOS DE TERMOS

TERMOS ADMINISTRATIVOS DE COMPROVAÇÃO DE POSSE E MORADIA - TACPM: de imóveis situados no bairro do Alto da Boa Vista na Estrada das Furnas, altura do nº 2988 no assentamento urbano denominado **COMUNIDADE FURNAS**, em fase de regularização fundiária de interesse social pela via da demarcação urbanística entre o Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, em favor dos destinatários abaixo relacionados, com base na Lei (F) nº 11.977/2009 e Lei (E) nº 13.121/2009, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº E-19/200.078/2009 e na Portaria PRES/ITERJ nº 96/2012. **Quadrá 01:** - Rodrigo Ferreira Pinto e Isabel Helena Ribeiro Lt 11C; Fabio Ferreira Calassara Gomes e Letícia Gonçalves Pires Lt 15B; Wilson Gonzaga Gomes e Mayra da Silva Werdan Alves Lt 42 A; **Quadrá 02:** - Thiago Pereira de Araújo Lt 06A; Hugo Fernandes Noronha Lt 07A; Karla Christini Diniz Lt 09.

TERMOS DE CONCESSÃO DE USO E DE PROMESSA DE CONCESSÃO DE USO - como direito real resolúvel, e de outros pactos, de bem público de imóvel integrante do Patrimônio Estadual, firmados em 01/08/2018, entre o Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, e os promissários abaixo relacionados, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos mediante encargos, em conformidade com o contido nos procedimentos administrativos abaixo descritos, que versa sobre o processo de regularização fundiária de interesse social dos assentamentos a seguir relacionados.

Assentamento Parque Esperança - TCU - PA nº E-02/150420/2004 - Vilma Nicor da Silva - Quadrá 30 Lote 02.

Assentamento Fazenda Experimental de Itava - TCU - PA nº E-25/100177/1999 - Joseane Pereira da Silva - Lote 123.

Assentamento Terra Prometida - TPCU - Pas. nº E-19/200092/2009 e E-19/01419/2014 - Marlene Rangeli da Silva - Lote 7.

Assentamento Saneamento - TPCU - PA nº E-28/001061/1993 - Luiz Pardo Perez Filho - Quadrá 01 Lote 08.

Assentamento Cachamora - TPCU - Pas. nº E-02/150379/2006 e E-28/001059/1993 - Silbene Eliane da Silva Neves - Quadrá 03 Lote 42.

Assentamento Parque Nova Esperança - TCU - PA nº E-02/150015/2002 - Carlos Henrique Thomaz da Silva - Quadrá 13 Lote 12.

TERMOS ADMINISTRATIVOS DE COMPROVAÇÃO DE POSSE E MORADIA - TACPM: de imóveis em fase de regularização fundiária de interesse social pela via da demarcação urbanística entre o Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, em favor dos destinatários abaixo relacionados, com base na Lei (F) nº 11.977/2009 e Lei (E) nº 13.121/2009, tendo em vista o contido nos Processos Administrativos abaixo relacionados, e na Portaria PRES/ITERJ nº 96/2012. **Assentamento André Rocha - PA** nº E-02/150210/2005 - Deyse Guimarães Vilar - Qd 03 Lt 14C. **Assentamento 1º de Maio - PA** nº E-19/200.354/2011 Regina Espindola de Freitas - Qd 04 Lote 36.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE OCUPAÇÃO E APO: de bem público de imóvel integrante do Patrimônio Estadual entre o Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, e o autorizado abaixo relacionado, em conformidade com o contido no procedimento administrativo abaixo mencionado, que versa sobre o processo de regularização fundiária de interesse social de assentamento a seguir relacionado: **Assentamento Santa Edwiges - PA** nº E-19/014.1205/2013 e Req. Iterj nº 42/2017 - Denise Koeler Gonçalves da Silva Bráulio e s/m - Quadrá 01 Lote 05.

TERMO DE RESCISÃO DE TERMO DE CONCESSÃO DE USO - unilateral, por descumprimento de cláusula do destinatário abaixo relacionado e respectivo assentamento, datado de 01/08/2018.

Assentamento Rural Fazenda Normandia - PA nº E-07/020/55/2018 - José Tomé Taniguti e Ana Elisa Ninomiya Taniguti - Lote 02 lavrado no Livro 58. Termo 16. fls.64-69.

TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONCESSÃO DE USO celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro e o destinatário abaixo relacionado: **Assentamento Jardim Bela Vista - TCU - PA** nº E-02/150.360/2000 e Req. Iterj nº 245/2016 - Teresa Cristina Moreira Pena - Quadrá 02 Lote 03.

Termos de Concessão de Uso, como direito real resolúvel, e de outros pactos, de bem público de imóvel integrante do Patrimônio Estadual, localizado no Município de Nilópolis - RJ, onde se encontra situado o assentamento urbano denominado **MORRO DO PREVENTIVO**, com acesso pela Av. Silvio Picano, bairro de São Francisco, firmados em 01/08/2018, entre o Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, e os Promissários abaixo relacionados, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos, mediante encargos, em conformidade com o contido no procedimento administrativo nº E-19/200.311/2009, que versa sobre o processo de regularização fundiária de interesse social da referida comunidade, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, consoante despacho exarado em 28.08.2015, publicado no D.O. de 31.08.2015, às fls. 06.

Quadrá 08: - José Carlos Alves da Silva Lt 30 Unid.A; **Quadrá 17:** - Jacqueline Motta Moura Lt 12 Unid.A; **Quadrá 19:** - Graciane Franco Soares Lt 03; Leodir Pereira da Cunha Lt 21 c/s; Susana da Silva Fonseca Lt 67 Unid.A; Bernardo Silva Lt 72; Maria Rodrigues Veras Lt 92 Unid.A; **Quadrá 20:** - Valéria Cristina da Silva e s/m Lt 01; Silene Franco Gomes Lt 57; **Quadrá 21:** - Bernadete Faustino Lt 07 Unid.C; Nely Nogueira Gomes Lt 41 c/s; **Quadrá 22:** - Carlos Henrique Soares Cardoso Lt 13; Bianca Costa da Silva Lt 29; **Quadrá 23:** - Maria da Conceição Pereira Costa Lt 10; **Quadrá 31:** - Glécia Pereira do Nascimento Oliveira Lt 10; **Quadrá 38:** - Renata da Conceição Lt 01.

Id: 2123283

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda**EXTRATO DE TERMO**

'INSTRUMENTO: Termo de Convênio nº 04/2018 - Sem Transferência de Recursos - Termo de Cooperação Técnica **PARTE:** Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB e o Centro Educacional de Releungo e a Associação da Igreja Metodista **OBJETO:** o Convênio tem por objetivo a cooperação recíproca entre as partes, sem recursos, visando elaborar e executar cursos de qualificação para empreendedores sociais da economia solidária nos bairros de Releungo e arredores, Nilópolis e arredores, bem como Inhaíba, Campo Grandes e arredores.

PRAZO: Vigorará, por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação do seu extrato, podendo ser renovado, por igual, maior ou menor período, caso seja de interesse dos Partícipes, através de Termo Aditivo específico.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Decreto nº 3149/80 e Lei nº 287/79. **PROCESSO Nº E-22/001/17/2018.**

DATA DE ASSINATURA: 06/04/2018

*Omitido no D.O. de 09/04/2018

Id: 2123427

Secretaria de Estado de Cultura**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: I Termo Aditivo ao Contrato Comercial nº 07/2017 **PARTE:** Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro e a Empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Objeto. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016, FR 100 e 2018NE00461. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 31/07/2018. **PROCESSO Nº E-18/001/10029/2018.**

Id: 2123136

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE TERMO

'INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 18/218/2018. **PARTE:** FUNARJ e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES **OBJETO:** Permissão de uso a utilização, a título precário da SALA CECILIA MEIRELES, para realização do concerto "SÉRIE SALA VERTIGENS - MARCELO BRATKE E THIAGO SOARES". **DATA DA ASSINATURA:** 10/07/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/267/2018. ***Omitido no D.O. de 27/07/2018.**

Id: 2123329

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/12/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e ANDRÉ CARVALHO RIBEIRO. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração do parágrafo terceiro da Cláusula Quinta do instrumento ora aditado, que trata de descontos e promoções, conforme consta do termo aditivo assinado pelas partes. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/267/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 03.05.2017. ***Omitido no D.O. de 23.05.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/14/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e RICARDO BARBOSA BLAT. **OBJETO:** Ficam concedidos ao permissionário, 19 (dezoito) ingressos para formação de plateia, para utilização nas sessões das dias 26 e 27/05/2018 e 02, 03, 09 e 10/06/2018. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas expressamente por esse termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/015/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 23.05.2017. ***Omitido no D.O. de 11.06.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/13/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração da Cláusula Quinta do instrumento ora aditado, que passará a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA QUARTA. **PRAZO:** O PERMISSÁRIO utilizará a Sala Cecilia Meireles, em caráter eminentemente precário, para destinação a que se refere a Cláusula segunda, nos dias 19/05/2018, às 20 horas e 26/05/2018, segunda-feira às 20 horas. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas por este termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/362/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 24.05.2017. ***Omitido no D.O. de 12.06.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/16/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e GRANDE MÃE PRODUÇÕES. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração do parágrafo terceiro da cláusula quinta do instrumento ora aditado, que trata de descontos e promoções, conforme consta do termo aditivo assinado pelas partes. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas por este termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/410/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 28.05.2017. ***Omitido no D.O. de 15.06.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/13/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e MARCELO CAVALCANTI CARIDADE. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único na Cláusula quarta, que trata de cancelamento de sessões e alteração do Parágrafo terceiro da Cláusula Quinta, que trata de descontos e promoções do instrumento ora aditado, que vai assinado pelas partes. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas por este termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/304/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 28.05.2017. ***Omitido no D.O. de 15.06.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/17/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e GILBERT SAMPAIO MAGALHÃES. **OBJETO:** Fica o permissionário a substituir a data da estreia do espetáculo, passando de 02/06/2018 para 17/06/2018, domingo às 17:00 horas. Ficando cancelada por solicitação do permissionário, a promoção para grupos acima de 10 (dez) pessoas, que consistia na venda de ingressos no valor de R\$ 10,00 (dez) reais. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas por este termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/459/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 13.06.2017. ***Omitido no D.O. de 22.06.2018.**

'INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/19/2018. **PARTE:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e CELIO GOMES FRANCO JUNIOR. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento. Ficam concedidos 20 (vinte) ingressos para Formação de Plateia, para utilização nas sessões dos dias 23 e 24/06/2018, destinados a FUNARJ/SEC. Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas por este termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002/341/2018. **DATA DE ASSINATURA:** 28.05.2017.